

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

**AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA:
DESAFIOS E FACILITADORES NO ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO ENTRE AFILIADOS DA ABADEF/BA**

Joanice Nascimento Santos, Universidade Federal da Bahia, <https://orcid.org/0009-0006-1769-7651>, Brasil, joanicesantos@ufba.br

José Carlos Sales dos Santos, Universidade Federal da Bahia, <https://orcid.org/0000-0003-1758-3639>, Brasil, jsalles@ufba.br

Eixo temático: Ética e deontologia (inclusão, cidadania, direitos digitais e privacidade).

1 INTRODUÇÃO

A informação desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento, na tomada de decisões e na participação social dos indivíduos. No entanto, o acesso equitativo à informação ainda é um desafio para diversos grupos sociais, especialmente para as pessoas com deficiência física. Essas barreiras informacionais podem impactar a inclusão educacional, a participação no mercado de trabalho, o acesso a serviços essenciais e a autonomia na vida cotidiana. O direito à informação é reconhecido internacionalmente, conforme a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) da ONU, e reforçado por legislações nacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/2015). No entanto, a efetivação desse direito enfrenta entraves estruturais, culturais, tecnológicos e informacionais.

As práticas informacionais referem-se às estratégias e hábitos utilizados pelos indivíduos para buscar, acessar, interpretar, compartilhar e utilizar a informação. No caso das pessoas com deficiência física, essas práticas são influenciadas por diversos fatores, como a presença ou ausência de

acessibilidade nos meios informacionais, a disponibilidade de tecnologia assistiva, a mediação de terceiros e o nível de inclusão nas esferas sociais e institucionais. Compreender essas práticas é essencial para o desenvolvimento de políticas e serviços informacionais mais acessíveis e eficientes, promovendo uma participação social mais ativa e autônoma.

A falta de acessibilidade nos ambientes informacionais pode se manifestar de diversas maneiras. Nos espaços físicos, como bibliotecas e centros de informação, a ausência de adaptações arquitetônicas, mobiliário inadequado e sinalização deficitária podem limitar o acesso às fontes de informação. No ambiente digital, desafios como a falta de compatibilidade com leitores de tela, interfaces de difícil navegação e a indisponibilidade de conteúdos em formatos acessíveis (áudio, texto ampliado, legendas, audiodescrição) restringem a autonomia dos usuários com deficiência física. Além disso, barreiras atitudinais e institucionais ainda persistem, tornando o processo de busca e uso da informação mais complexo para esse público.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar as práticas informacionais de pessoas com deficiência física, investigando os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas para superar as barreiras informacionais. A pesquisa busca também compreender de que maneira esse público acessa e utiliza informações no dia a dia, bem como identificar iniciativas bem-sucedidas que podem servir como referência para promover um ambiente informacional mais acessível e inclusivo.

2 PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Práticas informacionais sugerem de uma mudança de paradigma da Ciência da Informação de uma evolução no que se diz respeito aos estudos dos usuários. Desta forma, as práticas informacionais são compreendidas como atividades sociais e culturais relacionadas ao uso da informação. Diferentemente de abordagens que focam apenas em comportamentos individuais, essa perspectiva considera a dimensão coletiva das interações com a informação (Lloyd, 2010).

Ainda segundo Lloyd (2010) as práticas informacionais estão ligadas à aquisição de competências informacionais em ambientes específicos, como locais de trabalho, comunidades de aprendizado e espaços digitais. Essa abordagem destaca a importância de considerar os aspectos sociais e culturais que influenciam o acesso e uso da informação.

Para Savolainen (2008, citado em Araujo, 2020, pp.53) "as práticas são um conjunto de maneiras social e culturalmente estabelecidas para identificar, buscar, usar e compartilhar as informações disponíveis em várias fontes, como televisão, jornais e a Internet". Estas características ajudam que essas informações sirvam para que um grupo se afirme cultural, social e ou economicamente na sociedade.

As práticas informacionais estão intimamente associadas aos conceitos de

estudo atinentes ao comportamento informacional humano; o estudo de usuários fornece dados sobre quem são os usuários e quais são suas necessidades. O comportamento informacional explica como os usuários interagem com a informação em diferentes contextos. As práticas informacionais representam as ações concretas que resultam dessas interações. Juntos, elas formam a base para o desenvolvimento de sistemas e serviços informacionais que sejam eficazes, eficientes e centrados no usuário.

Além disso, o estudo de usuários, o comportamento informacional e as práticas informacionais são pilares fundamentais para a Ciência da Informação e áreas afins. Eles permitem uma compreensão profunda de como as pessoas interagem com a informação, oferecendo subsídios para a criação de soluções que atendam às suas necessidades. Em um cenário de rápidas transformações tecnológicas e sociais, esses conceitos continuam a evoluir, exigindo abordagens interdisciplinares e adaptativas.

3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE

Na sociedade contemporânea, incluir quer dizer fazer parte, inserir, introduzir. E inclusão é o ato ou efeito de incluir. Assim, a inclusão social e informacional das pessoas com deficiências significa torná-las participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da Sociedade, do Estado e do Poder Público.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, relaciona os seguintes direitos que valem para todos, isto é, os chamados direitos humanos ou da cidadania. Os direitos específicos das pessoas com deficiências decorrem de suas necessidades especiais. É preciso compreender que o exercício dos direitos gerais bem como nos direitos específicos das pessoas com algum tipo de deficiência física

está diretamente ligado à criação de condições que permitam o seu acesso diferenciado ao bem-estar econômico, social e cultural e informacional.

Há várias maneiras de compreender e interpretar a deficiência. A deficiência se manifesta sob diversas formas e é difícil de compreender, tanto para as pessoas sem deficiência como para as pessoas com deficiência.

Cada país coleta os seus dados sobre a deficiência com base no seu entendimento do que seja deficiência, o que varia muito de um país para outro. Para obter uma compreensão abrangente e produzir dados confiáveis e comparáveis, as agências internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), estão trabalhando atualmente sobre uma definição geral. As modificações dos modelos existentes, ocorridas nos últimos cinco anos, e o aparecimento de uma nova definição (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - ICF) mostram que ainda estamos num processo de compreensão do conceito. Os estudos em andamento com vistas a alcançar uma definição internacional são extremamente desafiadores, pois os modelos de deficiência são influenciados, em grande medida, por fatores culturais.

3.1 Pessoas com Deficiência Física e Informação

Pessoas com deficiência física enfrentam diversos desafios no que diz respeito ao acesso à informação, um direito essencial para a inclusão, participação social e exercício pleno da cidadania. O acesso à informação para esse grupo não se limita ao conteúdo digital, mas inclui a acessibilidade física aos espaços onde a informação é produzida, armazenada ou disseminada, como bibliotecas, centros de saúde, escolas e repartições públicas.

Barreiras arquitetônicas, como a ausência de rampas, elevadores e banheiros adaptados, muitas vezes impedem a chegada física de pessoas com deficiência aos espaços

informacionais (Brasil, 2015). Além disso, mesmo em ambientes digitais, ainda existem plataformas que não consideram as limitações motoras de seus usuários, dificultando a navegação por teclado ou mouse, e limitando a autonomia da pessoa com deficiência física.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o acesso à informação deve ser garantido de forma ampla e irrestrita, com a adoção de meios, tecnologias e formatos acessíveis, inclusive nos ambientes virtuais. O artigo 63 da LBI determina que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência o acesso à informação e à comunicação em condições de igualdade com os demais cidadãos.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006), com status constitucional no Brasil, reforça que a acessibilidade é um direito básico e condição para o gozo de outros direitos humanos. Isso inclui o acesso a conteúdos informativos e educacionais que respeitem as necessidades das pessoas com deficiência físicas, bem como a capacitação de profissionais da informação para lidar com esse público de forma ética e inclusiva (ONU, 2006).

O acesso à informação para a pessoas com deficiência física deve ser pensado não apenas como questão técnica, mas como uma questão de justiça social. Para tanto, é necessário o investimento em tecnologias assistivas, adequação física dos espaços, inclusão digital com usabilidade acessível e políticas públicas intersetoriais.

3.1.1 Práticas Informacionais e Pessoas com Deficiência Física

As práticas informacionais referem-se às formas como os indivíduos interagem com a informação no cotidiano: como buscam, acessam, utilizam e compartilham conteúdos relevantes às suas necessidades. No caso das pessoas com deficiência física, essas práticas são fortemente influenciadas pelas barreiras

enfrentadas tanto no meio físico quanto no digital, afetando sua autonomia informacional e participação social (Savolainen, 2008).

Pessoas com deficiência física lidam com desafios específicos que impactam seu comportamento informacional. A limitação de mobilidade pode restringir o acesso a espaços físicos onde circula a informação (como bibliotecas, centros de saúde e instituições de ensino), exigindo a adaptação de rotinas de busca informacional e o uso intensivo de tecnologias assistivas e dispositivos móveis.

Além disso, fatores sociais e culturais também afetam essas práticas. Muitas vezes, há dependência de redes de apoio, como familiares, cuidadores ou profissionais da saúde, para mediar o acesso à informação, o que pode limitar a privacidade e a autonomia da pessoa com deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) assegura que todos os espaços – físicos e digitais – devem garantir a acessibilidade à informação. No entanto, estudos indicam que grande parte das bibliotecas, portais governamentais e instituições ainda não estão plenamente adaptados para atender às demandas das pessoas com deficiências físicas, prejudicando suas práticas informacionais.

Na Ciência da Informação, área que abriga três campos do conhecimento (Araújo, 2014) – Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia –, o usuário da informação com deficiência ainda representa um desafio a ser compreendido. Embora existam opções para acervo e softwares especializados, além dos equipamentos e recursos de Tecnologia Assistiva presentes em grande parte dos arquivos, bibliotecas e museus na atualidade, ele ainda enfrenta um ambiente nem sempre favorável. O atendimento em si pode ser a primeira barreira a ser enfrentada, pois algumas deficiências exigem mais do que recursos ou tecnologia, como uma comunicação ou organização

diferenciada. (Wellichan & Manzini, 2021)

Nesse contexto, compreender as práticas informacionais de pessoas com deficiência física é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas, produtos e serviços de informação que sejam verdadeiramente inclusivos. Isso envolve a promoção da acessibilidade arquitetônica, atitudinal, comunicacional e tecnológica, assim como a escuta ativa das experiências vividas por essas pessoas nos seus processos de busca e uso da informação.

A partir das discussões empreendidas no referencial teórico, relacionadas a práticas informacionais orientadas a pessoas com deficiência, e da determinação do objetivo geral da presente investigação, a seção seguinte apresenta os procedimentos metodológicos da comunicação, como o método de abordagem indutivo e procedimento monográfico (estudo de caso ilustrado) engendrado na ABADef, nível da pesquisa descritivo – que está em consonância com o objetivo proposto, assim como as técnicas e instrumentos adequados à amostra da pesquisa.

4 METODOLOGIA DO ESTUDO E RESULTADOS PARCIAIS

O presente estudo, recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento adotará método indutivo, uma vez que parte da análise de dados específicos terá como objetivo alcançar generalizações a respeito das práticas informacionais de pessoas com deficiência física vinculadas à Associação Baiana de Pessoas com Deficiência Física (ABADef). Conforme Lakatos & Marconi (2003), a indução constitui um processo mental que, a partir de dados particulares, permite inferir uma verdade de caráter geral. Tal abordagem é pertinente, visto que busca compreender como essas práticas contribuem

para a autonomia e a participação social dos sujeitos investigados.

Quanto ao método de procedimento, será adotado o estudo de caso, de caráter monográfico. Segundo Chizzotti (2006), esse tipo de investigação visa a uma análise aprofundada de uma ou mais situações específicas, permitindo compreender seus elementos particulares, seu contexto e possíveis impactos. Trata-se de uma abordagem apropriada à pesquisa qualitativa, na medida em que possibilita uma visão detalhada do fenômeno observado. Yin (2001) ressalta que o estudo de caso é especialmente adequado a pesquisas que buscam responder questões do tipo “como” e “por que”, em contextos nos quais o pesquisador possui pouco controle sobre os eventos e o fenômeno ocorre em ambiente real. O estudo proposto se insere nesse escopo, pois investiga um fenômeno contemporâneo — o acesso à informação por pessoas com deficiência física — em seu contexto social e institucional.

De acordo com Martins (2006), o estudo de caso exige um planejamento rigoroso, com definição clara do problema de pesquisa, hipóteses iniciais, referencial teórico e estratégias de coleta e análise de dados. Tais elementos contribuem para a construção de uma teoria fundamentada (*Grounded Theory*), a partir das evidências empíricas obtidas. O nível da pesquisa será descritivo, pois pretende identificar, caracterizar e compreender os elementos presentes nas práticas informacionais da população-alvo. Para Gil (2008), a pesquisa descritiva visa detalhar características de determinados grupos ou fenômenos, buscando relações entre variáveis por meio de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Quanto às técnicas de coleta de dados, serão utilizados dois instrumentos: entrevistas semiestruturadas e formulários. A escolha desses métodos se deve à sua capacidade de captar tanto dados objetivos quanto percepções, opiniões e atitudes dos

participantes. A entrevista semiestruturada, conforme Gil (2008) consiste em uma conversa orientada por pautas, que garante ao entrevistado liberdade para expressar-se, enquanto o pesquisador conduz sutilmente o diálogo para cobrir os pontos relevantes ao estudo. Essa técnica é amplamente utilizada em pesquisas sociais devido à sua flexibilidade e profundidade analítica.

Por sua vez, o formulário será utilizado de maneira presencial, permitindo ao pesquisador captar nuances não previstas nas perguntas, bem como auxiliar na compreensão de itens eventualmente complexos. Segundo Marconi & Lakatos (2007), o formulário é uma ferramenta essencial na investigação social, sendo particularmente útil quando se deseja coletar dados diretamente do entrevistado, com controle de qualidade e padronização.

A triangulação de dados, por meio da combinação dessas técnicas, permitirá ao estudo alcançar maior profundidade e confiabilidade nos resultados, contribuindo para uma análise crítica das práticas informacionais de pessoas com deficiência física e seu impacto na inclusão social e no exercício pleno da cidadania.

5 RESULTADOS PARCIAIS

As informações preliminares da pesquisa indicam que as práticas informacionais de pessoas com deficiência física estão profundamente marcadas por dinâmicas de mediação — seja por familiares, cuidadores ou profissionais — o que evidencia a persistência de uma dependência estrutural no acesso à informação. Observou-se, preliminarmente, também que a acessibilidade digital ainda é um desafio significativo: muitos dos participantes relataram dificuldades em utilizar sites institucionais, serviços públicos online e plataformas de educação a distância devido à pouca compatibilidade com tecnologias assistivas. Os resultados preliminares revelam que, embora o direito à informação esteja

formalmente assegurado por instrumentos legais, sua efetivação depende de uma infraestrutura informacional inclusiva e responsiva às necessidades específicas dessa população.

O segundo resultado parcial relevante, oriundo da sondagem realizada na Associação, constitui a identificação de estratégias alternativas adotadas por alguns participantes para mitigar os obstáculos informacionais, como o uso intensivo de redes sociais para troca de experiências e informações, a procura por conteúdos em formatos audiovisuais adaptáveis e a valorização de espaços comunitários acessíveis.

As citadas iniciativas revelam um potencial de autonomia e criatividade nas práticas informacionais, apesar das limitações impostas pelo contexto. Além disso, destaca-se a importância das redes de apoio institucional e afetivo no estímulo à procura, recuperação, seleção e uso da informação. Essas observações sugerem que políticas públicas e projetos de inclusão informacional devem considerar não apenas os aspectos técnicos da acessibilidade, mas também as dimensões sociais, culturais e subjetivas que permeiam a relação entre deficiência e informação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação constitui um elemento central na vida em sociedade, sendo fundamental para o desenvolvimento humano, a tomada de decisões conscientes e a plena participação cidadã. No entanto, o acesso equitativo à informação continua sendo um desafio significativo, especialmente para grupos socialmente minorizados, como as pessoas com deficiência física. Esta realidade evidencia uma lacuna entre os direitos garantidos por legislações nacionais e convenções internacionais e a efetivação prática desses direitos no cotidiano.

Ao longo deste trabalho, buscaremos compreender as práticas informacionais de pessoas com deficiência física, reconhecendo os desafios enfrentados e as estratégias desenvolvidas por esse grupo social para superar barreiras no acesso à informação. A partir de uma perspectiva que valoriza as experiências dos sujeitos, foi possível identificar que essas práticas são fortemente condicionadas por fatores estruturais, culturais, tecnológicos e atitudinais. Tais elementos influenciam desde a forma como se busca uma informação até a possibilidade de compreendê-la e utilizá-la com autonomia.

E embora haja avanços significativos em termos de reconhecimento legal do direito à informação para as pessoas com deficiência — como estabelecido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) —, persistem inúmeros obstáculos que limitam a vivência plena desse direito. Barreiras arquitetônicas, tecnologias mal projetadas, ausência de conteúdos acessíveis e falta de capacitação dos profissionais da informação ainda configuram um cenário excludente, que demanda ações urgentes e eficazes.

As práticas informacionais das pessoas com deficiência física são atravessadas por múltiplas mediações. Muitas vezes, o acesso à informação depende da atuação de terceiros, como familiares, cuidadores ou profissionais da área, o que pode comprometer a autonomia e a privacidade. Além disso, o uso de tecnologias assistivas, embora amplamente reconhecido como uma solução importante, ainda encontra barreiras quanto à disponibilidade, custo e compatibilidade com os ambientes digitais. É nesse ponto que a acessibilidade deixa de ser apenas uma exigência técnica e passa a ser entendida como um imperativo ético e político.

Compreender o comportamento e as práticas informacionais deste grupo é, portanto, essencial para a formulação de políticas públicas inclusivas e para o desenvolvimento de serviços informacionais

mais sensíveis às necessidades da diversidade humana. Tal compreensão exige uma abordagem interdisciplinar, que envolva a Ciência da Informação, os estudos sobre deficiência, a sociologia, a educação e as ciências da computação, entre outras áreas.

É necessário também avançar no sentido de reconhecer que o acesso à informação não deve depender da boa vontade de instituições ou da adaptação posterior de ambientes e conteúdos. Ao contrário, a acessibilidade precisa ser pensada desde a concepção dos serviços e produtos informacionais, considerando as diversas formas de corporalidade e mobilidade existentes. Isso significa investir em formação continuada para os profissionais da informação, fomentar a pesquisa aplicada em acessibilidade e garantir a participação ativa das pessoas com deficiência física nos processos decisórios que impactam suas vidas.

REFERÊNCIAS

- Araújo, C. A. A. (2020). Os estudos em práticas informacionais no âmbito da ciência da informação. In Alves, E. C. et al. (Orgs.). *Práticas informacionais: reflexões teóricas e experiências de pesquisa*. João Pessoa: Editora UFPB.
- Brasil. (2015, 7 jul.). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Estatuto da Pessoa com deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Chizzotti, A. *Pesquisa em ciências humanas e Sociais*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- Gil, Antônio Carlos (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6. ed.). São Paulo: Atlas.
- Lakatos, Eva Maria, & Marconi, Marina de Andrade. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. (5. ed.). São Paulo: Atlas.
- Lloyd, A. (2010). Framing information literacy as Information practice: site ontology and practice theory. *Journal of documentation*, 66 (2), 245-258.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2007). *Fundamentos de metodologia científica*. (6. ed.). São Paulo: atlas
- Martins, Gilberto Andrade (2006). *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Atlas
- ONU – Organização das Nações Unidas. (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência*. Nova Iorque.
- Savolainen, R. (2008). *Everyday information practices: a social phenomenological perspective*. Lanham: Scarecrow Press.
- Wellichan, D.S.P., & Manzini, E.J. Usuários da Informação com deficiência em bibliotecas: uma análise da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação. *Em Questão*, Porto Alegre, 27 (3), 172-203.
- Yin, Robert K. (2001). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.